



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

Folha nº	129
Processo nº	002.000.134/2013
Rubrica:	MD
Matr.	268.114-5

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2013 – CIAS/SECOPA, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 14/2002 QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DE BRASÍLIA S.A E A SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO – SETRAB.**

**Processo nº: 002.000.134/2013.**

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O Distrito Federal, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO – SETRAB, representado por GEORGES MICHEL SOBRINHO, na qualidade de Secretário, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante CONTRATANTE, e a empresa BANCO DE BRASÍLIA S/A, denominado simplesmente BRB, instituição financeira de economia mista, com sede em Brasília - DF, no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Ed. Brasília, 3º andar, inscrito sob o CNPJ/MF sob o n.º 00.000.208/0001-00, neste ato representado por NILBAN DE MELO JÚNIOR, na qualidade de Vice-Presidente de Clientes, Distribuição, Desenvolvimento, Governo e Agronegócios, RG nº 685.044 SSP/DF, CPF: 238.632.691-87, doravante denominada CONTRATADA.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

I - Alterar o nome da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, de acordo com o art. 8º, §1º, Inciso II, do Decreto Distrital nº 36.236/2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 01, de 01 de janeiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação: **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO – SETRAB**".

II – Alterar a Cláusula Sexta – **Do reajuste**, Do Prazo de Vigência, Prorrogação e Índices de Correção, nos termos dos arts. 4º e 5º do Decreto Distrital nº



*[Handwritten signatures]*



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

Folha nº 134  
Processo nº 002.000.134/2013  
Rubrica Nº Mat. 268.145

36.246/2015, publicado no DODF nº 03, de 02 de janeiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação: Os valores contidos na cláusula quinta serão reajustados a cada 12 meses da assinatura deste, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

III – Reajustar o contrato de acordo com sua Cláusula Sexta, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, referente ao período de maio/2014 a junho/2015, passando o valor do contrato anual de R\$ 26.726,36 (vinte e seis mil setecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos), para R\$ 28.990,08 (vinte e oito mil novecentos e noventa reais e oito centavos).

**Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária**

3.1 – A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 25101

II – Programa de Trabalho: 04122600985179757

III – Natureza da Despesa: 339039

IV – Fonte de Recursos: 100 - Estimativo

3.2 – O saldo de empenho para o presente exercício é de R\$ 12.646,90 (doze mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa centavos), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00328, emitida em 23/07/2015, na modalidade estimativo.

**Cláusula Quarta – Do prazo de Vigência**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, permitida a prorrogação, de acordo com o Inciso II, do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.

O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura, prorrogáveis nos termos da legislação vigente.

**Cláusula Quinta – Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

Folha nº	721
Processo nº	002-000-134/2013
Rubrica	Mat. 268 114.5

**Cláusula Sexta - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pelo órgão contratante.

**Cláusula Sétima – Disposições Gerais**

7.1 Fica vedado a pessoa jurídica de contratar com o Governo do Distrito Federal, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contratos de prestação de serviço terceirizado, contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens e convênios e os instrumentos equivalentes. (Decreto nº 32.751/2011, de 04/02/2011, publicado no DODF de 07/02/2011 p 01).

7.2 Havendo irregularidades neste instrumento entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

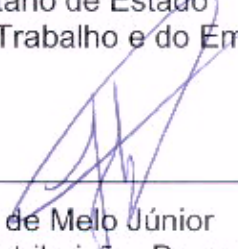
Brasília, 22 de julho de 2015.

Pelo Distrito Federal:

  
Georges Michel Sobrinho  
Secretario de Estado

Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo

Pela Contratada:

  
Nilban de Melo Júnior  
Vice-Presidente de Clientes, Distribuição, Desenvolvimento, Governo e Agronegócios.  
BRB

